

Aos Vinte e Sete dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, reuniu-se na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, localizada na Rua Minas Gerais, nº 86, Centro, nesta cidade, o Conselho Municipal de Meio Ambiente, sob a presidência do Senhor Quim Fernando Massotti e com a presença dos conselheiros titulares: Quim Fernando Massotti, Marcos Cartana, Kleiton Douglas Saggin, Luis Pedro Trevisan, Cris Lisiê Kurylo, Nelson Della Valle, Jonatas Mattiazzi, Betuel Brun Sauer, Juliana Meller e dos Conselheiros Suplentes: Francielli Werlang Puhl, Gustavo de Araujo Marchand, Karla Fehlauer Cappellari e Carine Zambonato e demais presentes: Estela Zamberlan Schurz e Jaime Ademar Mattiazzi. Às 17:05h o presidente Quim Fernando Massotti procedeu a abertura dos trabalhos e solicitou à secretária Francielli que fizesse a leitura do edital de convocação 01/2018 e em seguida, colocou em aprovação a ata da reunião ordinária de dezembro de 2017 a qual foi aprovada sem ressalvas. Em Seguida tratando da primeira pauta da reunião, repassou a palavra a Juliana Meller, presidente da ONG Terra Verde. Juliana explica o que é a ONG que existe desde 2014, surgiu durante uma Feira do Livro, onde durante um bate-papo informal, pessoas preocupadas com o meio ambiente levantaram a ideia da ONG com o objetivo de levar educação ambiental com ações desenvolvidas ao longo do ano. Um desses projetos importantes é a Jangada Ecológica, Projeto Tape Iandê ( Caminho das águas), outro importante projeto realizado pela ONG e demais parceiros é o Projeto Santa Rosa Nosso Planeta. Juliana explica que a jangada é construída com 95% de resíduos de construção civil, não tem motor e sim pedais, movida a propulsão humana. No decorrer da descida da jangada serão passados por dez municípios costeiros, durante o percurso, nessas cidades será realizada educação ambiental. O foco é levar conscientização quanto a qualidade das águas e a importância da preservação. Juliana faz o convite aos conselheiros para participarem no dia da largada da jangada ou do dia da chegada da jangada em São Borja e convida a todos para participarem do percurso. Juliana comenta que estão com uma dificuldade para transportar a jangada até o rio Uruguai em Porto Mauá e solicitam aos conselheiros se conhecem algum transportador que poderia fazer essa viagem. Juliana fala da boa recepção da jangada nos municípios que acompanham e ajudam, fazem até mesmo projetos com as crianças em suas cidades. Juliana encerra a apresentação agradecendo a oportunidade. O Presidente Quim comenta que nos enche de orgulho que uma ONG de Santa Rosa esteja fazendo esse trabalho de nível estadual e garante apoio para as próximas expedições. Continuando com a reunião, o presidente Quim passa a palavra ao Senhor Jaime Mattiazzi, para explanar sobre a Resicon, Central de Triagem de Resíduos de Construção Civil. Jaime fala sobre a Resicon, comenta que as coisas andam muito devagar, fala que o município contratou em 2010 uma empresa de Santa Maria para fazer um diagnóstico dos resíduos de construção civil ( RCC), após o diagnóstico, o município entre 2011 e 2012 fez uma licitação para a central de triagem neste procedimento licitatório, a empresa Mattiazzi Construções saiu vencedora e montou um projeto para resolver o problema do município, comenta que então o município se comprometeu a fazer com que os demais construtores levassem seus RCCs até a empresa RESICON e que isso não foi cumprido. Sendo assim, o Município e a empresa tinham suas obrigações mas não funcionou como o planejado. Comenta que desde o início, o município não cumpriu com suas obrigações, não fazendo totalmente a terraplanagem do terreno e não fazendo a cerca também, onde o empresário teve que interferir, pois sem a cerca, não ganharia o licenciamento ambiental para funcionar. Jaime ainda contou que a população se recusou a fazer o pagamento dos valores para destinação final dos resíduos e que o município errou ao fazer mutirões de limpeza feitos durante todo o ano, onde os resíduos eram levados ao viveiro municipal e posteriormente foram levados até a Resicon que cobrou seus custos para isso. Comenta sobre a incompetência do jurídico da Prefeitura que não ajudou em nenhum dos problemas relatados. Fala ainda que em julho de 2017, após mais de 25 avisos escritos, solicitou ao município a rescisão do contrato, onde novamente houve demora do município. Ao final do ano, comenta que foi sugerido que se fizesse de forma amigável a rescisão de contrato e fosse feito novo edital para operação da central de triagem, sendo que os valores que ele havia investido fossem ressarcidos. Comenta que o prefeito não teve segurança jurídica para fazer a rescisão. Comenta que

o deficit atual é grande e que em conversa com o Prefeito Vicini, provavelmente vai procurar a justiça para resolver o problema. Está muito decepcionado, comentou também sobre a preservação da vida, sua preocupação com o meio ambiente e finaliza dizendo que o município não cumpriu com o objetivo do contrato e sobrou para a empresa. O conselheiro Jonatas fala que a Resicon tem que fechar, que nem está mais operando, que apenas sustenta dois funcionários para receber os resíduos, para carga e descarga e demais notas que são exigidas. Comenta que acredita que a Prefeitura só vai ver o problema no momento em que a empresa fechar definitivamente. A conselheira Carine Zambonato questiona sobre o MP, qual seria o posicionamento do órgão. O presidente Quim comenta que a questão dos resíduos de construção civil é antiga, começou a ser cuidada com a resolução CONAMA 307/02 e que era um TAC do município com o Ministério Público e que o expediente foi arquivado após a criação da central de triagem. O conselheiro Luis Carlos pede que o município venha até o Conselho prestar esclarecimentos sobre os RCCs. Que o problema sendo jurídico, o ideal é que o Procurador Geral possa vir explicar a situação. O presidente Quim sugere que o Conselho envie um ofício à Procuradoria Geral do Município convidando para que na próxima reunião, venham explicar os problemas relativos ao contrato. Quim comenta que o problema foi acumulando com os anos, passou de gestão para gestão e acabou no cenário que temos hoje. Comenta que mesmo as obras do município não levavam em conta o orçamento para a destinação de RCCs. Comenta que em outubro foi feito um Decreto Municipal adequado e que a partir de fevereiro começou a ser cobrado. Agora, todo alvará de construção tem que dizer a quantidade de resíduos que está gerando, e para obter o habite-se, o proprietário terá de comprovar onde levou seus resíduos sob pena de multa. Espera que esse novo de fiscalização auxilie em sanar o problema. Comenta ainda que o Ministério Público vem acompanhando a situação entre empresa e município, mas que o Conselho poderia enviar um ofício a Promotoria, destacando sua preocupação com o desfecho da situação. O ofício a Procuradoria Geral do Município e o Ofício ao Ministério Público são aprovados pelos conselheiros. A conselheira Carine questiona o que é laegado pelo jurídico do município. O presidente Quim comenta que o jurídico não tendo certeza da possibilidade de rescisão amigável, enviou ao DPM (Delegações de Prefeituras Municipais), órgão que auxilia os municípios em questões jurídicas, um ofício solicitando parecer. O parecer que veio do DPM foi contrário à rescisão amigável pois o município não está tendo vantagem alguma em rescindir amigavelmente o contrato. O parecer ainda indica para que se fizesse rescisão unilateral com a cobrança das multas pertinentes ao contrato. O conselheiro Kleiton questiona a quebra do contrato entre o município e a empresa e comenta que o MP não enxergou o outro lado da falta de fiscalização. O presidente Quim comenta que devido a todos esses últimos acontecimentos, um acordo no judiciário seria a melhor solução para os dois lados. O senhor Jaime se manifesta novamente falando sobre os equívocos de interpretação, porque o que é bom para o município é que a Central continue funcionando, que essa é a vantagem e que tentou reequilíbrio de contrato várias vezes, o que lhe é assegurado por lei, mas nunca conseguiu. Comenta que para o jurídico do município parece importar somente quando o município tem vantagem. Toda solução jurídica exige aprofundamento na questão o que não é o caso da PGM do município. O conselheiro Marcos Cartana questiona o que na prática seria necessário para a eficácia do contrato e para sanar as falhas na fiscalização. Quim comenta que o Decreto 180/2017 foi colocado em prática a partir de fevereiro e se funcionar, deve resolver os problemas fiscalizatórios. Jonatas comenta que o fechamento desse ciclo todo é demorado e que deveria existir uma fiscalização ou inspeção mais eficiente. O presidente fala sobre tabelar os volumes, pois os primeiros processos que estão chegando não tem referencia nenhuma quanto como é calculado os volumes. Chegaram processos de construções de 49 metros quadrados e de 189 metros quadrados onde a declaração de geração de resíduos são de 4 metros cubicos o que não é possível. Então, parece que já deram uma forma de burlar a fiscalização e isso tem de ser revisto logo. Seguindo com a reunião, o conselheiro Kleiton solicita a palavra para falar sobre o Cadastro Rural Florestal, que antes estava sendo realizado pela FEPAM mas que agora é na Secretaria de Agricultura. Comenta que já chegaram mais de 200

cadastros que podem ser retirados junto a Secretaria e que isso deve auxiliar muito na questão de fiscalização futura. Nada mais tendo para tratar, às 18:30h é dada por encerrada a reunião, essa ata vai assinada pela Secretária do Conselho Municipal de Meio Ambiente, Francielli Werlang Puhl e pelo presidente, Quim Fernando Massotti.

Quim Fernando Massotti

Francielli Werlang Puhl